

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 138

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 11 DE NOVEMBRO DE 2002

ANO XXVIII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Ademar Luiz Traiano</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Luciana Rafagnin</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Antonio Baratter - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 08: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Plauto Miró Guimarães - Nelson Justus; PTB - 05: Carlos Simões - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer; PSC - 01: Fernando Guimarães.

**4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 090ª Sessão Ordinária
REALIZADA EM
11 DE NOVEMBRO DE 2002**

(segunda-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Valdir Rossoni e Cesar Seleme.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Antonio Baratter, Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielese, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Nelson Justus, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins; PSC: Fernando Guimarães (53). Achando-se em licença o senhor deputado Marcos Isfer (01).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 048/2002

Curitiba, 31 de outubro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o

incluso anteprojeto de lei visando aprovar, nos termos do inciso IV do artigo 3º da Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, as tabelas correspondentes à base de cálculo do IPVA, em valor venal, e ao respectivo imposto, em quantidade de Fator de Conversão e Atualização - FCA, e adotar outras providências sobre a matéria, produzindo efeitos a partir de 1º de janeiro de 2003.

O plano de lei ora proposto, que resulta de estudos procedidos pela Secretaria de Estado da Fazenda, visa, ainda, remitir créditos tributários relativos ao IPVA, lançados até 31 de dezembro de 2000, cujo montante atualizado, até a data da publicação desta lei, seja igual ou inferior a R\$64,00 (sessenta e quatro reais).

Para melhor detalhamento quanto aos aspectos da necessidade, conveniência e oportunidade de que é revestida a medida, segue, adiante transcrita, justificativa apresentada pela Secretaria de Estado da Fazenda:

“Introduz na Lei nº 11.280, de 26 de dezembro de 1995, que dispõe sobre o tratamento tributário pertinente ao Imposto sobre a Propriedade de Veículos Automotores - IPVA, as seguintes alterações:

1) o artigo 2º, prevê a remissão dos créditos tributários lançados até 31 de dezembro de 2000, cujo montante atualizado, até a data da publicação da lei, seja igual ou inferior a R\$64,00 (sessenta e quatro reais).

Tal cancelamento se faz necessário em virtude dos procedimentos de inscrição de débitos do IPVA em dívida ativa com valor inferior ou igual aos custos de cobrança, conforme preceito contido no artigo 14, parágrafo 3º, inciso II, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;

2) o artigo 1º, aprova as tabelas de valor venal dos veículos e do imposto para aplicação no exercício de 2003”

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

À Diretoria Legislativa.

MENSAGEM Nº 049/2002

Curitiba, 06 de novembro de 2002.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de encaminhar a V. Exa., para ser apreciado por essa augusta Assembléia Legislativa, o incluso anteprojeto de lei que objetiva prorrogar, para 29 do corrente mês, prazo para pagamento da parcela única ou da primeira parcela de créditos tributários conforme meios de que trata a Lei nº 13.798, de 12 de setembro próximo passado.

Tal medida, que consulta aos superiores interesses públicos, foi proposta pela Secretaria de Estado da Fazenda, através do Ofício nº 387/2002, desta data, firmado pelo titular da pasta e cuja cópia, com inteiro teor, segue em anexo.

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) EMILIA DE SALLES BELINATI
Governadora do Estado, em exercício
À Diretoria Legislativa.

Ofícios:

OFÍCIOS

Sob o nº 324/2002, da senhora Mônica Messemberg Guimarães - secretária-executiva do FNDE, informando liberação de recursos financeiros garantindo execução de programas do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 1108/2002, do desembargador Sydney Zappa, comunicando que nos autos de Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 112.742-6, onde figuram como autor o governador do Estado do Paraná, e interessada a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, por unanimidade de votos, foi julgada procedente a ação. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob o nº 2074/2002, do senhor Alceu Fernandes Molina Júnior, secretário de Apoio Rural e Cooperativismo, comunicando que o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento liberou recursos do convênio com a Sociedade Rural de Francisco Beltrão - PR, no valor de R\$75.000,00 - do Ministério e R\$7.500,00 - Contrapartida, para apoiar a XX Expobel. **Ao conhecimento da Casa.**

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 2447

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições legais e na forma regimental, REQUER, após ouvido o douto Plenário, regime de urgência para a tramitação do Projeto de Lei nº 479/2002, de minha autoria, que visa autorizar o Poder Executivo a criar o campus da Unioeste, no município de Santa Helena - PR.

Sala das Sessões, em 11.11.2002.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 2435

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente a prefeita municipal de Guaraniaçu, senhora Ana Neoli dos Santos, com votos de congratulações pelo aniversário do município ocorrido no último dia 14 de novembro de ano em curso.

Sala das Sessões, em 11.11.2002.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Foi a partir da ocupação dos campos guarapuavanos, no começo do século passado, que o povoamento progrediu para a região Oeste paranaense.

No ano de 1934 foi criado o distrito judiciário de Guaraniaçu. A revolução tenentista deixou sequelas no município, pois ao cruzar o território guaraniaçuano, as tropas revolucionárias enfrentaram-se com os legalistas, em combates fratricidas de que resultaram pesadas baixas em ambos os lados. Tudo isto sem contar o estado de pânico em que ficou a comunidade local.

Guaraniaçu também participou do período em que foi criado o território federal do Iguaçu. Este fato teve o seu lado positivo, e ajudou a fortalecer o fluxo migratório na região, notadamente de famílias vindas do Estado do Rio Grande do Sul e Santa Catarina.

Criado em 14 de novembro de 1951, com território desmembrado de Laranjeiras do Sul, o município desde o seu início caminha a largas passadas em direção ao progresso.

Alicerçado na agricultura que é a base do município, os habitantes que lá residem possuem o indissociável orgulho de pertencerem a uma localidade que mesmo neste período de extrema dificuldade, tem obtido resultados significativos e concretos, como exemplos podemos citar a justiça social, o comércio forte, a educação atendendo os quatro cantos do município e a agricultura que anualmente exporta para vários Estados, diversos produtos alimentícios que diariamente estão à mesa, saciando a fome de paranaenses e brasileiros.

Por tudo que o município passou para chegar à privilegiada posição em que se encontra. Por tudo o que Guaraniaçu representa para o nosso Estado, a Assembléia Legislativa do Paraná cumpre o seu dever de registrar nos Anais desta Casa de Leis, a passagem da importante data, que vem a ser o seu aniversário.

REQUERIMENTO Nº 2436

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Sr. José Francisco dos Santos, (sito à rua Francisco de Paula Machado s/n - CEP 84970-000) com votos de profundo pesar, pelo falecimento da Sra. Tereza Moraes dos Santos, do município de Santana do Itararé, ocorrido no último dia 06 de novembro do ano em curso.

Sala das Sessões, em 11.11.2002.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

O falecimento da Sra. Tereza Moraes dos Santos, deixou consternada toda a população de Santana do Itararé. Há muitos anos residindo no município, deixará em todos, uma dor e saudade irreparável.

As pessoas que convivem com a Sra. Tereza, são testemunhas da sua benevolência, e da integridade. Era uma pessoa alegre e que sempre tratava a todos com muito carinho.

Entretanto, somente Deus sabe o plano que traça para cada um dos seus filhos na terra, por isso queremos neste momento de dor e tristeza, manifestar nossos votos de condolências aos familiares da Sra. Tereza, rogando a Deus que conforte e ampare a todos. Sabemos que é um momento de grande desilusão, mas é preciso ter forças para tocar a vida em frente. Nesta hora mais do que nunca as bênçãos de Deus se fazem necessárias.

REQUERIMENTO Nº 2432

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município de Manguairinha pela passagem do seu 56º aniversário de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo Sr. Miguel Carlos Rodrigues Aguiar, prefeito municipal, ao vice-prefeito, senhor Manoel Almeida, bem como a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a população de Manguairinha.

Sala das Sessões, em 11.11.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Temos a grata satisfação de, em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, cumprimentar efusivamente toda a população de Manguairinha na significativa data de comemoração de seus 56º aniversário de emancipação política.

Manguairinha, terra que abriga um povo acolhedor, recebendo sempre de braços abertos todos que para lá se dirigem tem à frente de seus destinos o prefeito Miguel Carlos Rodrigues Aguiar, que juntamente com sua equipe vem desempenhando com competência, dignidade e espírito de luta seu importante papel.

Nesta data tão significativa toda a população de Manguairinha é digna do nosso respeito, admiração e reconhecimento pela colaboração que vem prestando em prol do desenvolvimento do município.

Que Manguairinha prospere produzindo frutos são os sinceros votos deste Parlamentar, para galardão de seus administradores e felicidade de toda a população.

REQUERIMENTO Nº 2438

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja consignado, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, voto de congratulações e aplausos ao município

de Agudos do Sul pela passagem, no próximo dia 21 de novembro, de seus 41 anos de emancipação política.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência ao Exmo. Sra. Luciane Maira Teixeira, prefeita municipal, ao vice-prefeito, Sr. Orli Walfrido Persch, bem como a todos os senhores vereadores para que em nome do Poder Legislativo do Estado do Paraná, recebam e cumprimentem a laboriosa população de Agudos do Sul.

Sala das Sessões, em 11.11.2002.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Compartilhando a alegria de toda a população de Agudos do Sul, que no próximo dia 21 de novembro vê transcorrer mais um aniversário de sua emancipação política, queremos expressar a todos, os nossos votos de muito sucesso e a certeza de que o trabalho desenvolvido ao longo dos 41 anos não foi em vão, mas colaborou sobremaneira para o constante progresso daquela região.

Agudos do Sul, cidade hospitaleira, tem sob o seu comando a Prefeita Luciana Maira Teixeira e sua valerosa equipe de trabalho que são merecedores do nosso respeito e admiração, pela capacidade com que vêm resolvendo todos os problemas surgidos, e, conquistando assim, a total confiança de seus munícipes.

Parabenizamos portanto, nesta significativa data, seu povo sincero e amigo que continua dando o melhor de seus esforços em prol da grandeza do município.

REQUERIMENTO Nº 2444

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido soberano Plenário o registro na Ata dos trabalhos da presente Sessão votos de congratulações para a Prefeitura de Curitiba e Secretaria Municipal do Bem-Estar Social pela implementação do Programa e Campanha de Combate à Esmola “Esmola Não Dá Futuro”. Com a criação de dois fundos de assistência os recursos vão ajudar a financiar os 14 programas sociais do município e cerca de 400 entidades assistenciais conveniadas com a prefeitura, minimizando este problema social, combatendo a chamada indústria dos pedintes e o consumo de drogas nas ruas da cidade.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Cassio Taniguchi, prefeito municipal e a Sra. Marina Taniguchi, Secretaria Municipal do Bem-Estar Social, através de correspondência a ser encaminhada a prefeitura municipal desta capital.

Sala das Sessões, em 11.11.2002.

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 2446

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido soberano Plenário o registro na Ata dos trabalhos da pre-

sente Sessão votos de congratulações para a Prefeitura de Cascavel pela implementação do Conselho Municipal Antidrogas que tem como objetivos estabelecer diretrizes e propor uma política municipal de prevenção, repressão, fiscalização de entorpecentes, estimulando, fiscalizando e cooperando com entidades que atuam no tratamento de dependentes de drogas.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Edgar Bueno, prefeito municipal de Cascavel e demais vereadores, através de correspondência a ser encaminhada a prefeitura municipal e Câmara de vereadores - Cascavel-PR.

Sala das Sessões, em 11.11.2002.

(a) RENATO GAÚCHO

REQUERIMENTO Nº 2445

Senhor Presidente.

O deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido soberano Plenário o envio de expediente aos senhores deputados federais e aos ilustres senadores do Paraná, solicitando com a “máxima urgência”, providências em relação as péssimas condições de sinalização, manutenção e acessos da BR-116, conforme ofício em anexo, do Sindicato dos Engenheiros no Estado do Paraná que demonstram a necessidade de imediata liberação de recursos pelo governo federal para a recuperação urgente da referida rodovia.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Lindsley da Silva Rasca Rodrigues, diretor-presidente do Senge-PR, através de correspondência a ser encaminhada a Rua Marechal Deodoro, 221 - CEP 80.019-320 - nesta capital.

Sala das Sessões, em 11.11.2002.

(a) RENATO GAÚCHO

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 698/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, o Centro de Convivência da 3ª Idade, com sede no município de Guairacá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.11.2002.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem sua sede e foro na Rua Marília, 919 - Centro, em Guairacá, é constituída sob forma de sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e de assistência social.

O Centro de Convivência da 3ª Idade de Guairacá tem por objetivo a integração da pessoa idosa na socie-

dade, com a realização de atividades que visam o bem estar dos idosos e também acompanhamento médico e psicológico dos associados.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei nº 69945/78, alterada pela Lei nº 8589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 699/2002

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido o título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao economista Sr. José Guilherme Almeida dos Reis, tendo em vista seus relevantes serviços prestados à população e ao Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.11.2002.

(a) PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

JUSTIFICATIVA:

O reconhecimento das boas ações, dos bons procedimentos, bem como as realizações importantes praticadas para o bem comum da comunidade paranaense pelo economista José Guilherme Almeida dos Reis, que teve papel fundamental nos entendimentos entre o governo do Paraná e o governo federal no ano de 2001, junto aos municípios paranaenses, merece o nosso aplauso e reconhecimento.

Em resumo de suas atividades, vimos que o Fundo Estadual de Desenvolvimento, impedido de operar, teve o empenho do economista José Guilherme de Almeida dos Reis, que através de seus esforços, passou o Fundo novamente a financiar obras imprescindíveis ao desenvolvimento dos municípios por intermédio da Agência de Fomento do Paraná. Um ano e meio depois, novamente a atuação do economista beneficiou os municípios do Paraná. Almeida dos Reis agilizou a tramitação da segunda etapa do Programa Paraná Urbano junto aos órgãos federais e, assim, o programa obteve aval da União dentro do prazo e começou a operar em tempo recorde.

Assim sendo, verificamos que o Sr. José Guilherme Almeida dos Reis exerceu várias atividades pública, sempre demonstrando um alto espírito criativo aliado a uma elevada capacidade intelectual, positivando obras de desenvolvimento nos municípios do Estado do Paraná, beneficiando a população.

Desse modo, pela trajetória criativa em sua vida, bem como pelas realizações que empreendeu em prol da população paranaense, nada mais justo que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná lhe outorgue o título de

Cidadão Honorário do Estado do Paraná, que tornou-se merecedor por tudo que já realizou e pelo elevado grau de profissionalismo demonstrado.

PROJETO DE LEI Nº 700/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica autorizada a construção das Pequenas Centrais Elétricas - PCH Burro Branco / PCH Foz do Turvo / PCH Pinhalzinho, localizadas no Rio Areia, entre os municípios de Inácio Martins, Pinhão e Cruz Machado.

Art. 2º - A construção das Pequenas Centrais Elétricas - PCH Burro Branco / PCH Foz do Turvo / PCH Pinhalzinho, mencionadas no artigo 1º desta lei, está condicionada ao cumprimento das normas ambientais emanadas do Instituto Ambiental do Paraná - IAP.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.11.2002.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

A anuência da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná constituiu-se em ato de extrema importância para a implementação das Pequenas Centrais Elétricas - PCH Burro Branco / PCH Foz do Turvo / PCH Pinhalzinho, visto determinação contida no artigo 209, da Constituição do Estado do Paraná, que dispõe que dependerá da aprovação do Poder Legislativo a construção de centrais hidrelétricas no Estado.

Procuramos assegurar no texto deste projeto de lei, todas as garantias constitucionais e ambientais, condicionando a construção das usinas ao cumprimento das normas ambientais emanadas pelo Instituto Ambiental do Paraná.

Numa época de crise nacional de energia, não precisamos nem justificar a importância desse empreendimento, que temos a certeza que será de grande valia para minorar a escassez energética em nosso Estado e no Brasil, num todo.

Sendo assim, esperamos contar com o apoio dos nobres pares para a aprovação do presente plano de lei.

PROJETO DE LEI Nº 701/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, o Centro de Convivência da 3ª Idade, com sede no município de Guairacá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 11.11.2002.

(a) NELSON GARCIA

JUSTIFICATIVA:

A entidade que pretendemos declarar de Utilidade Pública, tem sua sede e foro na Rua Marília, 919 - Centro, em Guairacá, é constituída sob forma de sociedade civil, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, de caráter filantrópico e de assistência social.

O Centro de Convivência da 3ª Idade de Guairacá tem por objetivo a integração da pessoa idosa na sociedade, com a realização de atividades que visam o bem estar dos idosos e também acompanhamento médico e psicológico dos associados.

A documentação que instrui este projeto, encontra-se dentro dos ditames da Lei nº 69945/78, alterada pela Lei nº 8589/87, que dispõe sobre a matéria.

Desta forma, esperamos o devido apoio e conseqüente aprovação a esta proposta de lei que visa reconhecer publicamente o esforço e trabalho dessa entidade em favor da comunidade.

PROJETO DE LEI Nº 702/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública, a Associação dos Amigos do Projeto de Coração para Coração - AAPCC - Lar João Carrilho, com sede e foro no município de Maringá.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 11.11.2002.

(a) SERAFINA CARRILHO

JUSTIFICATIVA:

É com muita honra que apresentamos à apreciação dos membros desta augusta Casa de Leis, a presente proposta de declaração de Utilidade Pública da AAPCC - Associação dos Amigos do Projeto de Coração Para Coração, uma entidade que vem prestando relevantes serviços a toda a comunidade da região de Maringá, atendendo pessoas carentes e doentes que se deslocam de cidades do interior, para tratamento no município de Maringá, em busca de radiologia, quimioterapia, enfim, de diversos tipos de tratamento, em especial do câncer.

Devemos destacar o aspecto meritório da proposição, que já em pouco tempo de existência, montou uma "Casa de Apoio" aos doentes oriundos do interior, para que possam se alimentar e descansar enquanto procedem seus tratamentos de saúde.

Sendo assim, solicitamos o apoio de todos os pares desta Casa de Leis, ao projeto de lei que ora apresentamos, por se tratar de matéria de elevadíssimo cunho meritório.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Não há oradores inscritos no Pequeno e nem no Grande Expediente.

Passamos ao Horário das Lideranças.

Consulta às Lideranças do PL, PSC, PSL, PDT, PPS, PT, PTB, PMDB, PFL, PSDB.

(Declinam)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 53 senhores deputados.

Sobre a mesa, projetos de lei em nº de 02 (dois), de autoria do senhor deputado Nelson Garcia, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do senhor deputado Plauto Miró Guimarães, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria da senhora deputada Serafina Carrilho, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados.

ITEM 01

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 124/2002, de autoria do deputado Algaci Tulio, oficializa o dia 16 de março como "Dia Estadual de Conscientização e Prevenção Contra a Dengue". **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 124/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica oficializado o dia 16 de março como o Dia Estadual de Conscientização e Prevenção Contra a Dengue.

Art. 2º - Anualmente, nesta data, serão desenvolvidas ações para conscientizar a população e prevenir contra a dengue.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11.11.2002.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 328/2002, de autoria da deputada Serafina Carrilho, que declara de Utilidade Pública a Associação Beneficente dos Voluntários "Por Amor a Iguaçu", com sede no município de Iguaçu e foro no município de Astorga-PR. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 328/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente dos Voluntários - Por Amor a Iguaçu, com sede no município de Iguaçu e foro no município de Astorga.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11.11.2002.

(aa) ALGACI TULIO

Presidente e Relator

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 596/2002, de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, que autoriza o Poder Legislativo a declarar de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Maria do Oeste, com sede e foro no mesmo município. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 596/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Santa Maria do Oeste, com sede no município de Santa Maria do Oeste e foro no município de Pitanga.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11.11.2002.

(aa) ALGACI TULIO

Presidente e Relator

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 600/2002, de autoria do deputado Hermas Brandão, que declara de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Assistência Social de Abatiá - Acasa, com sede e foro no município de Abatiá. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 600/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Comunitária de Assistência Social de Abatiá - Acasa, com sede no município de Abatiá e foro no município de Ribeirão do Pinhal.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11.11.2002.

(aa) ALGACI TULIO
Presidente e Relator

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 607/2002, de autoria do deputado Basílio Zanusso, que declarar de Utilidade Pública a APAE - Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tamboara, com sede no município de Tamboara e foro no município de Paranavaí. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 607/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Tamboara, com sede no município de Tamboara e foro no município de Paranavaí.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11.11.2002.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 616/2002, de autoria do deputado Cleiton Kielse Crisóstomo, que declarar de Utilidade Pública a Escola Estadual Cecília Meirelles Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Ubatã-PR. **Aprovado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 616/2002
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Estadual Cecília Meirelles - Ensino Fundamental, com sede e foro no município de Ubatã.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 11.11.2002.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente e Relator

ITEM 07

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 237/2002, de autoria do deputado Nelson Garcia, que declarar de Utilidade Pública a APM do Colégio Estadual José Alfredo de Almeida, do município de Mariluz, com sede e foro no mesmo município. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA FAVORÁVEL DA CCJ, APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 08

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 257/2002, de autoria do deputado Cesar Seleme, que declarar de Utilidade Pública a Associação dos Moradores de Leão e Vizinhança de Agudos do Sul, com sede em Agudos do Sul e foro no município de Fazenda Rio Grande. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. COM EMENDA FAVORÁVEL DA CCJ. APRECIAR NESTE TURNO EMENDA APROVADA EM 2ª DISCUSSÃO. **Aprovada a emenda.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 478/2002, de autoria do deputado Elio Lino Rusch, que autoriza o Poder Executivo a efetuar a doação do imóvel que especifica, para a prefeitura municipal de Cafelândia. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. **Aprovado, artigo por artigo.**

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, gostaria apenas de registrar a presença nesta Casa do meu irmão, que é prefeito de Catanduvas, Olímpio e cumprimentar também o meu amigo, ex-prefeito de Boa Vista de Aparecida, Dr. Volnei Savaris, que nos honram com suas presenças no dia de hoje.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Boas-vindas aos visitantes.

Sobre a mesa, Requerimentos nºs 2435 e 2436, de autoria do deputado Nereu Moura, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2437 e 2438, de autoria do deputado Antonio Anibelli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 2444, 2445 e 2446, de autoria do deputado Renato Gaúcho, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 2447, de autoria do deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para terça-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

2ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 129/2001 e 503/2002.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 047/2001 e 180/2002.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Comissão Executiva:

A Comissão Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 181/2002

Conceder a MARÍLIA DE SOUZA CANABRAVA, companheira do ex-deputado estadual Waldenício Barbalho, falecido em 10 de junho de 1999, de acordo com o artigo 226, parágrafo 3º, da Constituição Federal, regulado pela Lei Federal nº 9278/96, pensão mensal, conforme a Lei Estadual nº 4673/63, com valor estipulado pelo artigo 2º, da Lei de nº 13.426, de 07 de janeiro de 2002.

(Prot. nº 5832/1999)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 182/2002

Conceder a SONIA APARECIDA MATSUNO, matrícula nº 615, ocupante do cargo de taquigrafia "B", nível NU-4, referência III, do Quadro de Pessoal da secretaria desta Assembléia Legislativa, lotada na Coordenadoria da Taquigrafia, licença sem vencimentos, pelo prazo de dois (02) anos, de acordo com o artigo 210, parágrafo 2º, e artigo 240, parágrafos 1º e 2º, da Lei nº 6174/70. O período de licença deverá ser marcado pela requerente, junto à Diretoria de Pessoal, apresentando a anuência de seu superior, seguindo os critérios estabelecidos nos artigos 241 e parágrafo único do artigo 244, da citada Lei nº 6174/70.

(Prot. nº 7762/2002)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 183/2002

Conceder, a TEREZA CRISTINA A. C. ALBUQUERQUE MARANHÃO, matrícula nº 41012, funcionária deste Poder Legislativo, sob regime jurídico único, exercendo o cargo de dentista N-E6, à disposição do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná, licença especial de três (03) meses, em virtude de não haver se afastado do exer-

cício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, nos termos do parágrafo único, do artigo 247, da Lei nº 6174/70. O período de licença deverá ser marcado pela requerente junto ao Tribunal de Justiça do Estado, seguindo os critérios do artigo 250 e parágrafo único, da supra citada lei.

(Prot. nº 8056/2002)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 184/2002

Conceder a NERITA RIBEIRO MELO VIANA, companheira do ex-deputado estadual Silvino Lopes de Oliveira, falecido em 18 de setembro de 2002, pensão mensal, de acordo com o artigo 1º da Lei Federal nº 9278/96, e estabelecida pela Lei nº 4763/63, no valor estipulado pelo artigo 2º, da Lei de nº 13.426, de 07 de janeiro de 2002.

(Prot. nº 8640/2002)

ATO DA COMISSÃO EXECUTIVA Nº 185/2002

Determinar, à Diretoria de Pessoal, a exclusão do desconto do Imposto de Renda retido na fonte, dos proventos de inatividade de WALTER ADÃO PINTO DE MACEDO, matrícula nº 036, funcionário aposentado no cargo de procurador 1ª classe NU-1, do Quadro de Pessoal da secretaria desta Assembléia Legislativa, na forma do artigo 30, da Lei Federal nº 9250, de 26 de dezembro de 1995, e conforme inciso XXVII, do artigo 40, do Regulamento do Imposto de Renda, contido no Decreto Federal nº 1041, de 11 de janeiro de 1994, combinado com o parágrafo 2º, do artigo 30, da citada Lei Federal, e inciso XII, do artigo 5º, da Instrução Normativa SRF nº 15/01, de 06 de fevereiro de 2001.

(Prot. nº 8643/2002)

Palácio "XIX DE DEZEMBRO", em 01.11.2002.

(aa) HERMAS BRANDÃO - Presidente
VALDIR ROSSONI - 1º Secretário
ANTONIO ANIBELLI - 2º Secretário

Atos da Diretoria Geral:

O diretor geral da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 99/2002

Mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de SILSSO ANTONIO CORSO, matrícula nº 40.174, funcionário desta Assembléia Legislativa admitido em 01 de setembro de 1985, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotado na Coordenadoria das Comissões o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante

o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei de nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 8549/2002)

PORTARIA Nº 100/2002

Mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de SANDRA ZAMPIER, matrícula nº 40.729, funcionária desta Assembléia Legislativa admitida em 02 de junho de 1986, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotado na Coordenadoria das Comissões o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei de nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 8550/2002)

PORTARIA Nº 101/2002

Mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de JEFFERSON ABADÉ, matrícula nº 40.079, funcionário desta Assembléia Legislativa admitido em 24 de fevereiro de 1981, exercendo o cargo de Advogado E-07, lotado na Diretoria Legislativa, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei de nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 8572/2002)

PORTARIA Nº 102/2002

Mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de ALICE TEREZINHA FRIEDRICH SECCHI, matrícula nº 41.167, funcionária desta Assembléia Legislativa admitida em 02 de maio de 1988, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotado no gabinete do deputado Anibelli o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei de nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 8805/2002)

PORTARIA Nº 103/2002

Mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de MARCELO MONTANHA

MOLETTA, matrícula nº 40.413, funcionário desta Assembléia Legislativa admitida em 01 de maio de 1988, exercendo o cargo de Agente Administrativo N-61, lotado no gabinete do deputado Anibelli o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei de nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 8806/2002)

PORTARIA Nº 104/2002

Mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de MARIA CRISTINA MENDES, matrícula nº 40.576, funcionária desta Assembléia Legislativa admitida em 04 de julho de 1985, exercendo o cargo de Enfermeira E-03, lotada na Coordenadoria de Serviço Médico, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o período compreendido entre 21 de dezembro de 1992 e 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei de nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 8830/2002)

Gabinete da Diretoria Geral, 11.11.2002.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

Ata da Comissão:

COMISSÃO DE REDAÇÃO 4ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 30ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês outubro do ano de dois mil e dois, na Sala de Reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Redação, sob a presidência do deputado Algaci Tulio. Havendo número legal, o senhor presidente abriu os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior, passando em seguida para a Ordem do Dia, quando o senhor presidente, avocou e relatou os Projetos de Lei nº 253/2002, 509/2002, 180/2001 e 141/99 e 233/2001 (anexados) e o deputado Antonio Carlos Belinati apresentou redação final ao Projetos de Lei nº 587/2002, que foram aprovadas sem observações. Nada havendo a tratar o senhor presidente encerrou os trabalhos, dos quais para constar eu, Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior, secretária da Comissão, lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada, será assinada pelo senhor presidente para que produza os efeitos legais.

(aa) ALGACI TULIO - Presidente

Eliza Sotomaior Maruska Sotto Maior - Secretária